



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

EDUCAÇÃO NOS DESLOCAMENTOS ENTRE BRASIL E ANGOLA: MEMÓRIAS DOS QUE DE LÁ VIERAM, DOS QUE FICARAM E DOS QUE FORAM

Zeila de Brito Fabri Demartini

Professora doutora – Pós-graduação em Educação / UMESP / Pesquisadora CNPq –
CERU
zeila@usp.br

Introdução

Essa comunicação trata da educação considerando os deslocamentos ocorridos entre as décadas de 1970 e de 1990, referentes a sujeitos pertencentes a três grupos muito distintos: os que vieram nesse período de Angola para São Paulo, os que lá ficaram e os que foram do Brasil para a África. Busca ampliar os conhecimentos sobre movimentos migratórios na segunda metade do século XX, levando em conta a comparação entre as vivências dos que saíram no período da independência, dos que lá ficaram e dos que para lá foram depois da mesma, remetendo a diferentes situações vivenciadas durante as crises sucessivas da sociedade angolana. Discute as relações estabelecidas pelos sujeitos com o campo educacional dos três contextos – Portugal, Angola e Brasil.

Os diferentes sujeitos e suas memórias

Procuramos explorar essas questões com base em pesquisa em que entrevistamos imigrantes que vieram para São Paulo nesse período, seja diretamente de seus países de origem, seja tendo passado por algum outro. Entrevistamos homens e mulheres, após buscas intensas em instituições da colônia portuguesa e em várias outras (esse é um trabalho que continuamos desenvolvendo). Nessa busca, as dificuldades foram colocadas, em primeiro lugar, pela inexistência de dados sistematizados sobre as entradas desses imigrantes no Brasil e seus destinos no estado de São Paulo. As informações disponíveis eram provenientes de reportagens de jornais da época, que davam conta do forte fluxo aéreo especialmente dos países africanos (Angola e Moçambique) para São Paulo. Em segundo lugar, assim como havia acontecido em pesquisas anteriores, pela “invisibilidade” dos portugueses e luso-africanos na sociedade brasileira, acentuada nesse caso pelas razões que motivaram a vinda (DEMARTINI, CUNHA e DOPPENSCHIMITT, 2005).



As entrevistas foram conduzidas segundo a metodologia de História Oral já adotada em estudos anteriores (DEMARTINI, 2003, 2005; LANG, CAMPOS e DEMARTINI, 2010), por meio de um diálogo com o entrevistado, em que este orientava o relato, a partir do qual a equipe da pesquisa ia colocando suas indagações. Muitas questões ficaram em aberto, pois nem sempre foi possível aprofundar alguns temas. Em alguns casos, ficamos com a impressão que sobre alguns aspectos não se falava, e que a realização das entrevistas trazia lembranças que causavam sofrimento; esse fato ocorreu mais entre os que nesse novo contexto enfrentaram problemas colocados pela imigração “forçada”, que implicou em separações familiares, dificuldades financeiras, desemprego etc. As entrevistas com os que ficaram em Angola foram lá realizadas por um aluno angolano que cursava o ensino superior na Universidade Metodista de São Paulo.

Apesar das dificuldades, julgamos que os relatos orais obtidos permitiram evidenciar elementos fundamentais sobre vários aspectos dos processos de escolarização da população, diferentes visões e problemas (DEMARTINI, 2005b). Podemos dizer que se configuram como histórias de vida cruzadas (DELCROIX, 1995).

Considerando, como Pollack (1992), que a memória é um fenômeno construído, social e individualmente, pode-se pensar na complexidade das situações vivenciadas pelos entrevistados e nas memórias que foram geradas. No caso dos brasileiros, portugueses e de luso-africanos, as vivências se passam em dois, três ou mais países, permeadas por instabilidades políticas. O que teriam os entrevistados retido em suas memórias? Como registraram suas experiências? E os que lá não saíram? Quais são suas memórias sobre educação?

A educação nas memórias dos que vieram de Angola

O fluxo forçado de portugueses e luso-africanos no período considerado está associado a momentos agudos de crise vivenciados pela sociedade colonial (BALANDIER, 1951). Os entrevistados que vieram para São Paulo fugindo da guerra colonial ou das difíceis situações pós-independência narraram, por meio de relatos orais, a complexa situação que envolveu seus deslocamentos durante esse conturbado período, suas representações sobre suas vivências na sociedade angolana, sobre Portugal e o Brasil.



Observamos que o deslocamento de estudantes de Angola para estudar fora é anterior à independência, variando entretanto as motivações, e intensificando-se provavelmente com a saída forçada de portugueses e luso-africanos na década de 1970; as motivações políticas já conduziam estudantes para o Brasil e as instituições religiosas receberam pessoas ligadas aos movimentos de independência, em décadas anteriores. A Universidade Metodista de São Paulo abrigou, no final dos anos de 1950, uma famosa líder revolucionária angolana – Deolinda Rodrigues, que aí permaneceu durante cerca de um ano e meio como estudante, antes de dirigir-se para outros países; suas preocupações eram todas voltadas para a sobrevivência do movimento de libertação em Angola, assim como a preservação dos nele envolvidos.

Procuramos anotar nessa comunicação como nos relatos dos entrevistados podem aparecer diferentes lugares, pessoas e acontecimentos que, geralmente, remetem às vivências e às memórias em três continentes; suas narrativas apontam para a extrema complexidade das questões educacionais que os acompanham. Para tanto, selecionamos as memórias de alguns deles, portugueses e luso-africanos, que remetem aos tipos de educação que vivenciaram enquanto crianças e jovens. Optamos por tomar como exemplos. Três relatos sobre a educação colonial em países africanos e a educação familiar, entre outros aspectos. Por meio dos relatos é possível perceber como os imigrantes que vieram para São Paulo registraram em suas memórias as marcas da educação portuguesa e africana, comparando-a com a brasileira.

O primeiro exemplo refere-se à educação de luso-africanos em Angola pautada no modelo português proposto para suas colônias africanas. As memórias de uma entrevistada descendente de portugueses que haviam migrado para a África há muitos anos remetem à educação familiar autoritária e aos estudos realizados em colégios públicos e particulares em Angola e em Portugal:

Sou africana, já sou filha de africanos. As minhas bisavós já foram para a África. (...) Eu comecei estudar em colégio. Eu me lembro que foi até uma trajetória que eu não sei dizer muito bem o porquê disto, não é, nunca questioneei até porque na família pessoas tinham uma educação mais rígida, então o que é isto de questionar um pai, o porquê de muitas coisas. “Sim, porque o melhor é aquilo que eu acho”. Então eu sou desta educação e eu me lembro que eu estudei num colégio particular na primeira série. Na segunda série eu fui para um colégio estadual. Na terceira série eu voltei para um colégio particular (...) Eram colégios mistos. Estes dois, e na quarta série eu fui para a Europa, fui para Portugal, interna, para um colégio porque estava na idade de aprender a ter maneiras. Não, nem eram matérias, eu acho que é



assim uma coisa, seria um colégio que existia, próximo da Serra da Estrela, onde toda a minha família tinha estudado, então onde tinha gente enfim... Era uma tradição, então achavam que no colégio interno eu iria ter uma rigidez que não tinha a coisa da casa, os amigos, porque sempre convivi muito, gostei muito de gente, então eu brincava na rua, de bola, subia em árvores e isso para minha família não era a coisa mais adequada, não é, para uma menina. Eu tinha um irmão, mas que era mais pacatinho, mas homem tudo bem, menina então é que tinha que ter uma coisa mais regrada. (...) Ele ficou.(...)

Depois de ficar três anos interna em um colégio em Portugal, voltou e foi para uma escola estadual, onde sempre estudou:

(...) O estudo em Angola tinha uma característica que o ensino bom era o ensino estadual, não era o ensino particular, parece que no Brasil, nessa época era a mesma coisa, então de fato, só iam para o colégio particular os maus alunos, não muito no primário, era engraçado porque no primário, as famílias, enfim com um pouco mais de condições financeiras, elas procuravam o colégio particular, mas a partir do ginásio, não, todo mundo ia para o Liceu, não é, porque isso então é que iria ter uma boa formação e tudo o mais, depois até a faculdade.

É interessante observar que a distância entre Angola e Portugal era grande, o que não impedia os pais de enviarem seus filhos para lá estudarem. O que chama a atenção nesse caso, é que foi para Portugal a menina, não o menino, pois o objetivo não era sua profissionalização ou prosseguimento dos estudos (padrão habitual no Brasil para meninos), mas sim a educação rígida do colégio interno português, o que na África parecia não ter. A entrevistada conta como, desde pequena, procurava escapar dos controles paternos, não correspondendo, certamente, ao que se esperava do comportamento de uma menina. Os relatos sobre as sanções/castigos com que era ameaçada por se ausentar de casa mostram como o padrão da educação familiar portuguesa continuava presente mesmo já tendo a família chegado em Angola há muitas gerações, assim como permite entrever como parecia haver, para a família, algum “perigo” nessas ausências, em território também habitado pelos “outros”, pelas famílias “indígenas” negras (com as quais a pequena menina parecia conviver bem).

As convivências nas escolas com alunos africanos parece ter sido natural para ela, que considerava o atendimento do Estado igualitário para todos:

(...) Nas públicas era absolutamente todos misturados do mesmo jeito, eu me lembro de estudar com filho de contínuos no Liceu que se formaram, e eu sei, eram excelentes alunos, e nós não queríamos nada com nada, não é, e eram nossos colegas, tinham bolsa de estudo, porque em Angola na minha época só não estudava quem não queria, porque funcionava assim.



Segundo os relatos da entrevistada, entretanto, a ditadura portuguesa parecia impor um padrão escolar que submetia tanto os de origem portuguesa como a população local:

Uma das coisas assim mais justas, que eu tive isso como formação. O conhecimento não era vedado. É certo, que nós tínhamos, bom deixar aqui registrado, que havia em Portugal uma ditadura, então não é que o conhecimento não era cerceado, tínhamos o conhecimento que eles nos davam, mas davam para nós, davam para o povo todo, certo? Então quer dizer, era um conhecimento que uma ditadura permitia da época, mas então o que quero dizer, que não era cerceado, não era assim, porque os privilegiados tinham uma informação, uma cultura diferente dos que não fossem privilegiados, não. Então as coisas funcionavam da seguinte maneira: todos os anos eu ia no Liceu, ou na escola fazer a minha matrícula, está, nós entrávamos com o que eles chamavam do Imposto Complementar. (...) Se você não pudesse pagar, você não pagaria porque não tinha condições (...) Era grátis para quem não podia. (...) eles só tinham que passar de ano, e o aluno que pagava ele podia perder duas vezes, se ele reprovasse mais que três vezes ele perderia o lugar, então aí ele teria que ir para um colégio particular porque no ensino público ele não poderia estudar mais, ele teria que dar a vez a outro. Então no meu entender, o que eu me entendo hoje, pelo que eu conheço, foi o ensino mais justo que eu já vi em toda minha parte, toda minha vida.

Assim como o processo de escolarização, o corpo docente constituído por portugueses, também era controlado pelo Estado:

Controlava também o corpo docente: (...) negros não tinha tanto, até porque os negros, até onde eu sei, a grande maioria que conseguiram ir para fora estudar, eles foram, exilaram porque eles tinham (idéias diferentes), enfim e daí as políticas que o Salazar não permitia. (...) assim na época do Liceu, o início da guerrilha, a grande maioria dos nossos professores, já eram professoras, mulheres de militares que vinham portanto formadas e davam aulas.

A entrevistada e sua família, embora apoiassem os movimentos pela independência de Angola, foram obrigados a deixar o país em 1975; porque eram “brancos” fugiram para Portugal; aí foram recebidos com agressões pela população local. Decidiram, assim, vir logo em seguida para o Brasil, onde reconstruíram suas vidas, apoiados pelos portugueses que imigraram em períodos anteriores.

As interferências das guerras, da dominação colonial e da educação diferenciada recebida em Angola também aparecem nos relatos de outro entrevistado que nasceu em Portugal e foi para Angola só mais tarde. Em seu caso, o deslocamento da família para Angola, procurando melhorar de vida, representou para o entrevistado permanecer com os irmãos em Portugal, para estudar em um colégio interno em Tomar durante dois anos. Aos 12 anos foi para Angola, onde continuou frequentando o curso colegial;



também ficou durante mais de três anos no exército português, sediado em Angola. O contexto político aí vivenciado marcou-o profundamente:

(...) Em Angola, quando se dá a Revolução dos Cravos, em abril de 74, começa uma grande turbulência em Angola. Na época eu tinha acabado de sair do exército – porque era obrigatório fazer exército – fiquei três anos e meio no exército português. Fui treinado numa cidade chamada Nova Lisboa, numa escola de aplicação lá em Angola. Na época eu fui treinado com grande influência dos Boinas Verdes, fui preparado para ser do Comando, coisa que eu não quis ser. Porque aparentemente na época eu tinha um grande preparo físico, eu fui jogador de futebol, eu fiz uma série de atividades esportivas, mas eu decidi que não queria ser do comando, fundamentalmente por razões ideológicas porque eu não considerava aquela guerra a minha guerra. A minha guerra era outra, a minha guerra era que Angola fosse independente e que tivesse paz e tranqüilidade e que infelizmente não foram bem sucedidos. Mas eu estava num Banco na época, eu voltei para o banco, só... (muda de assunto).

O que é interessante ressaltar é que a formação de mais de três anos no exército português não conseguiu cooptar o entrevistado para o lado do governo português; como ele afirmou “eu não considerava aquela guerra a minha guerra. A minha guerra era outra, a minha guerra era que Angola fosse independente e que tivesse paz e tranqüilidade(...)”. Esse é um aspecto fundamental: a experiência educativa e formadora do contexto de adoção. É a inserção e vivência na nova terra que o vão levando a assumir novas ideologias e novas atitudes. Para tanto, também colaboraram nesse caso as leituras e amizades do entrevistado, nas escolas que freqüentou:

(...) Eu tinha 24 anos de idade. Aos 24 anos, todos somos comunistas, não é? Eu era realmente uma pessoa que tinha fortemente influências marxistas. (...) É que eu tinha alguns amigos meus que eram estudantes em Lisboa; alguns deles foram presos políticos, e como iam passar as férias em Angola, me forneciam as apostilas. Dessa forma eu me mantinha devidamente atualizado.

A experiência educativa do entrevistado, diferenciada do que foi relatado pela entrevistada anterior, foi permeada pelas ideias e propostas revolucionárias da colônia, levando-o e a sua família a serem ideologicamente partidários do MPLA.

Também outro entrevistado que nasceu em Angola e veio para o Brasil em 1975, apontou padrão de escola semelhante ao descrito pela primeira entrevistada citada: o ensino era público, para todos e exigente; seus relatos estabelecem comparações com a educação que encontrou em São Paulo:

O estudo em Angola, eu vejo que era quase a mesma coisa que aqui. A única coisa que eu acho que a educação lá era mais, mais forte, mais rígida ...era prova escrita mesmo, prova oral, não tinha estas facilidades da educação moderna, prova teste, este tipo de coisa não existia. Era escola pública. Eu da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

primeira a quarta série eu estudei em escola particular que era de um tio meu. Depois, a partir da quinta série em diante, eu fui para a escola pública. A escola pública em Portugal, em si, e também em Angola na época, o ensino público era bem mais forte que o ensino particular, normalmente só ia para a escola particular quem não conseguia... Lá tinha vaga para todo mundo. Escola, até sobrava vaga. Quando, por exemplo, a pessoa não conseguia acompanhar, que ia para a escola particular que aí tinha mais recurso, tinha explicação que a gente chamava de aula à parte e tudo e aí conseguia, não é? Mas o currículo era controlado por Portugal: não, sobre a história de Angola não. Tinha por último, estava começando a ter, inclusive na literatura, tentavam fazer alguns livros tudo, com textos falando sobre alguma coisa de Angola. E a história de Angola em si, tinha qualquer coisa, a época do descobrimento, a colonização e até porque na época estava tendo a guerra, então acho que o próprio governo queria encobrir este tipo de coisa. O contato que tinha era assim, da colonização, fato que envolvia Portugal em si e por último estava se começando a falar desse movimento da revolução e tudo, mas era tudo assim meio, meio hostil, não que fosse currículo oficial. Currículo oficial era história normal, História de Portugal e História Geral, do mundo em si.

Esse entrevistado afirmou ter amigos negros na escola, mas poucos professores. A vinda para o Brasil em 1975, por causa da guerra, escolhendo São Paulo porque aí o pai tinha emprego prometido, trouxe mudanças e adaptações para o entrevistado nas novas escolas:

Vim com quatorze anos. Eu cheguei aqui, quando... nós chegamos em maio e depois tem as festas juninas, as festas de junho, eu dei entrada na minha documentação, na época, na Secretaria de Educação, para eles fazerem a avaliação dos meus estudos, para ver em que série eu iria prosseguir os meus estudos, só que nesse meio tempo, essa avaliação demorou uns seis meses e eu falei, fui numa escola, a diretora deu as orientações e falou: "Você vai ter que ir na Secretaria de Educação e fazer o pedido, entregar o seu currículo, fazer o pedido de avaliação, para ver em que série você vai continuar, prosseguir os seus estudos aqui(...)" "Para você não ficar sem estudar, como você mora aqui, aqui no bairro, praticamente a escola é aqui do lado, eu vou te colocar..." e (a diretora) me colocou numa quinta série. As únicas matérias que eu tinha interesse que eu não conhecia, que era História, Geografia... Lá... bom, lá, tinha os quatro anos primários, depois tinha dois anos preparatórios, é o Liceu e eu estava, lá chamava os primeiros do Liceu e se fosse fazer a contagem, equivaleria como se fosse uma sétima série, sétima, oitava série, só que a avaliação dos estudos, que fizeram aqui para mim, deu como eu estava apto para matricular na primeira série do segundo grau. Depois, eu fiz o primeiro colegial, quando eu terminei o primeiro colegial, no ano seguinte, eles começaram com o negócio de matéria técnica, que você escolhia: primário, secundário e terciário, seria Humanas, Exatas e Biomédicas, nada mais era do que isso. E assim foi, na época eu fiz inscrição e tudo.

De modo geral, os que vieram para São Paulo consideravam a educação escolar em Angola muito melhor que aquela aqui encontrada.



Memórias dos negros angolanos sobre a discriminação e exclusão no sistema escolar

As memórias dos entrevistados que nasceram e permaneceram em Angola, pertencentes a famílias africanas negras nos levam à compreensão diversa sobre o mesmo sistema educacional. Para esses, a educação permitida pelo governo português era para poucos: aqueles considerados portugueses e um grupo de “indígenas/negros” que passavam por um processo de seleção escolar que excluía a maioria nos anos iniciais de estudo. Assim, alguns entrevistados negros trouxeram nos relatos uma visão complementar e diferenciada sobre o período colonial e a política de Portugal.

As narrativas de uma entrevistada ligada à Igreja Evangélica Congregacional, apresentou aspectos da deficiência do campo educacional em Angola: segundo ela, várias escolas para a população negra eram criadas e mantidas pelas igrejas em diversos locais, para possibilitar o estudo das crianças negras e também de adultos. Mas o controle do governo colonial também era exercido fortemente sobre as suas escolas religiosas e seus missionários. A entrevistada relatou que ao governo português não interessava o desenvolvimento intelectual e social da população angolana e como um tratamento diferenciado que era dado aos alunos:

(...)quando chegava a época de fazer o exame no final do ano letivo lá na missão, os portugueses é que tinham que mandar os inspetores, júris que examinam os alunos. Os alunos são ensinados na missão pela igreja, mas os portugueses é que tinham que examiná-los. A transição, aprovação destes alunos, não dependia da capacidade intelectual deles, dependiam dos números que os portugueses achavam que teriam que transitar, porque de uma forma geral o governo português naquela altura não queria o desenvolvimento intelectual, social do povo angolano e pior um pouco, escolas ligadas a igrejas protestantes, porque a igreja protestante abriu muita a visão do povo angolano, sobretudo na questão educacional na formação acadêmica.

A entrevistada também comentou a difícil situação colonial e as relações entre os brancos e negros antes da independência, permitindo observar algumas especificidades da educação colonial nas escolas do governo, isto é, o diferenciado tratamento dado às crianças negras:

Naquele tempo ir à escola, nós que vivíamos no interior era uma questão que os pais colocavam nos filhos, para um dia ser alguém; agora a questão ligada à postura dos professores dependia do nível da escola; até 75 dependia de uma aprovação do governo à formação, o que eu sei através da minha irmã, ela ia estudar na escola do estado na vila. Se a pessoa era



protestante ou não, antes das aulas tinha que rezar o terço, agora para as missões todos que estavam na missão antes das aulas tinha que assistir o culto e na escola do Estado a discriminação era, a olho nu: as crianças negras que tinham pouca assimilação apanhavam mesmo até sangrar, e as crianças de cor branca tinham outra configuração nas escolas, sabendo ou não sabendo, elas não apanhavam. Nós ficamos colonizados quase 500 anos, as escolas formaram-se muito mais tarde, o governo colonial só aceitou juntar os negros com os brancos na década de 70, antes mesmo eram em escola separadas.

Através das igrejas, muitos foram estudar fora de Angola, pois aí não tinham condições de atingir os níveis desejados:

A igreja fez este trabalho; agora dizer que a igreja contribuiu para a política... Como diz, é essa a contribuição na formação; tanto nas igrejas Metodista, na Batista e na Congregação teve pessoas que foram fora dos países porque lá dentro não havia o nível desejado, mas, as igrejas patrocinaram filhos das próprias igrejas para irem se formar lá fora. Mas muitos delas descobriram que os seus irmãos em Angola estavam a sofrer, alguns enredaram por caminhos políticos, isso não quer dizer a igreja. (...) A igreja sempre promoveu este desenvolvimento social a ponto de enviar pessoas para estudar fora do país, que hoje muito deles são os políticos que estão a governar o país...

A formação escolar fora do país contribuiu para a formação das elites políticas de Angola.

Ainda outra entrevistada relatou problemas semelhantes na educação escolar e nas relações entre os nativos e os africanos-portugueses que, segundo ela, “não era humana”.

Comentou o caráter seletivo da política portuguesa com relação aos negros:

Sabe que foi um período muito difícil para o povo angolano em termos de força e cultura que não tinha nada a ver conosco e... Ao nível da educação, havia classes e... os negros principalmente, alguns, eu sei que não eram todos que tinham acesso à escola, mas só até a quarta classe; e nem todos, e alguns, que eram os chamados “assimilados de princípios” eu sei que conseguiam, mais ou menos, passar da quarta classe, mas mesmo assim com o decorrer do tempo o acesso... Começaram a ter acesso também ao... institutos, às escolas comerciais, e já uma boa parte do negro conseguiu estudar mais ou menos até o... sexto ano né? Fazia o Liceu, fazia o Instituto, ginásial, etc... mais propriamente dito até... praticamente estudavam só até a quarta classe, e na sua maioria conseguiam trabalho na lavoura, e por causa da pobreza, os pais preferiam... do que mandarem seus filhos para as escolas, mas depois da independência houve uma abertura, e houve acesso para todos à escola.

Também outro entrevistado detalhou o processo de exclusão, como parte das estratégias da política colonialista:



E na formação da população angolana era da seguinte forma: num universo de 50 alunos eles faziam um jogo propositado de eliminatória na metodologia pedagógica, em um número de cem alunos somente três ou quatro conseguiam terminar a 4ª série, para eles não terem mais uma ambição pedagógica; com a sua 4ª série recebiam ou o título de funcionário dos correios ou escrivão, então eles conferiam que estavam de assimilar, que adotavam os costumes portugueses. Nesta altura as pessoas que não alcançavam a 4ª série, mas com a 2ª e 3ª série usava-se um livro que se chamava João de Deus, o livro mestre da alfabetização, quem conseguia ler todo o livro de João de Deus era considerado como uma pessoa alfabetizada e era ensinado a escrever também a língua materna e ao aprender podia se tornar um servidor da igreja católica ou protestante, ou funcionário público.

Nas memórias dos entrevistados, as marcas da discriminação, da exclusão e do tratamento “não humano” apareceram com frequência ao lado, da política colonialista e suas estratégias de dominação. Tais marcas não aparecem de forma tão explícita nos que pertencem às famílias dos descendentes de portugueses que vieram para São Paulo, como vimos acima, mesmo quando aliados dos grupos que lutavam pela independência, como vimos acima.

Memórias de uma brasileira que foi para atuar em projetos educativos

A situação de precariedade que foi apontada pela população local teria motivado alguns brasileiros (religiosos e não religiosos) a irem para a África após a independência; Angola recebeu, oriundos do Brasil, técnicos, militantes e missionários católicos e protestantes voltados para fins educacionais e humanitários.

Nesse caso, o exemplo que anotamos é de uma entrevistada que nasceu em São Paulo. Estudou em escola particular, que era freqüentada por muitos filhos de imigrantes, o que lhe proporcionou como disse, um “contato multicultural muito importante, eu me criei numa comunidade aberta”. Também fundamental em suas opções na vida, foram os valores veiculados em família, especialmente pelo pai, que “tinha um olhar para o mundo de abertura”. O curso escolhido, de Ciências Sociais, representou uma oportunidade de propor mudanças. Mas em realidade inseriu-se profissionalmente em atividades muito distintas das revolucionárias, foi trabalhar em instituições de formação ligadas à indústria e ao comércio.

A aproximação com a África ocorreu por meio de convivência com amigos que na década de sessenta tinham contato com descendentes de portugueses que viviam em Angola; de um deles, ganhou um livro que a levou a interessar-se pelos problemas africanos (...). A situação no Brasil não a satisfazia: “E eu na época estava assim, eu não



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

agüentava mais ficar aqui no Brasil”. Em virtude das amizades que foi estabelecendo e do interesse pela África, enviou seu currículo para participar de ações desenvolvimentistas em Angola e Moçambique: (...) “eu tinha mandado meu currículo para Angola e eu consegui ir pra Angola em janeiro de oitenta e dois, é isso. O retorno à Angola, anos depois, também foi intermediado por brasileiros que tinham relações com o governo, como Paulo Freire. A entrevistada foi recebida por um representante do ministério e alojada como convidada do governo, em 1982.

Em Angola, embora quando lá esteve houvesse pouquíssimos brasileiros e sua convivência tenha sido com estrangeiros de várias origens, no prédio em que residia, considera que sempre foi muito bem tratada. As relações estabelecidas com angolanos foi grande, tanto profissional como afetivamente. Em vários momentos, atuou como meio de comunicação entre os que saíram de Angola e vieram para São Paulo, trazendo e levando cartas e encomendas- o chamado “correio dos pretos”. Com os cubanos, não teve grandes contatos, embora sua presença fosse constante em Angola: ficou, entretanto, a percepção de que havia alguma resistência da população angolana com relação aos mesmos.

Como profissional selecionada pelo governo, deslocou-se por regiões de Angola definidas para o desenvolvimento de alguns projetos (depois também trabalhou em Moçambique por mais algum tempo). Sobre seu trabalho, observou:

(...)em Angola e Moçambique eu coordenei projetos, em Angola, eles queriam montar um ensino à distância e em Moçambique era um projeto de Educação Sanitária supervisionado pela OIT; eu nunca fui contratada das Nações Unidas, eu sempre fui contratada pelo governo, eu sempre fui cooperante.[...] eu fiquei ligada a um projeto de educação, digamos, informal [...] Era um projeto da OIT de Educação Sanitária, aqueles projetos das Nações Unidas (...)Então era assim: era um projeto de educação sanitária para mulheres e familiares (..) ensinar algumas coisas - que com o problema da guerra e o problema da imigração dos homens para as minas da África do Sul- uma maneira delas ganharem ou fazerem alguma, ganharem dinheiro para fazerem alguma coisa para elas...

O que é importante anotar é que a entrevistada, por atuar em Angola (e Moçambique) em áreas controladas pelo governo e menos expostas aos conflitos com grupos políticos de oposição deslocando-se apenas por via aérea entre uma região e outra, não vivenciou diretamente os conflitos que ocorriam durante o período, embora percebesse a gravidade da situação. (...) “Quando eu cheguei- a situação era tão pesada,



tão tensa, era estado de guerra (...) Eu fui em oitenta e dois, a guerra ainda estava no auge. (...) o controle é grande numa situação de guerra”.

A entrevistada também formulou sua visão sobre os africanos em sua relação com Portugal:

Eu acho que Portugal nunca deixou de ser uma referência para eles, porque o que a gente não pode esquecer são os laços afetivos, quem ficou... mesmo não sendo famílias miscigenadas, algum vínculo com Portugal sempre tiveram (...)

Ao mesmo tempo em que percebia a presença forte da cultura portuguesa no cotidiano, também observou o fortalecimento da identidade nacional; percebeu até restrições aos que voltavam:

Isso era muito importante: era o ser angolano. O problema que havia em Angola era o que eles chamavam de retornados, que era um grupo que tinha fugido para o Zaire -durante muitos anos- e eles voltaram (...) Quando houve a independência de Angola eles voltaram, porque a terra deles era aquela e houve um choque cultural com os que tinham ficado sob a colonização portuguesa.

Essa é uma dimensão muito interessante da narrativa da entrevistada; se os que saíram de Angola falam do processo de deslocamento para Portugal e para o Brasil, como “retornados” ou como imigrantes, ela aponta uma outra questão não perceptível nas narrativas anteriores: a dos retornados para os novos países independentes, especialmente para Angola. Sua vivência durante esse difícil período de guerra e de construção das nações participando de projetos levou-a também a questionar o tipo de trabalho que então se desenvolvia, criticando a descontinuidade e principalmente a não adequação dos mesmos às realidades angolanas e moçambicanas: [...] “Mas era uma coisa surrealista, eu acho que os programas das Nações Unidas são surreais, surrealistas (...) Então veja bem, os programas das Nações Unidas você tem que relativizar muito. Quer dizer, qual é a continuidade?”

O conhecimento da realidade vivenciada pela população, segundo ela, é imprescindível para o êxito de qualquer projeto: (...) “quer dizer, você tem que ver quem é essa população para saber como vai atuar. (...) Quer dizer, são inócuos esses projetos, é uma transferência de dinheiro na realidade (...) então era isso, você faz um trabalho e ele não tem continuidade”.



Embora citando um projeto desenvolvido por jornalistas (incluindo brasileiros) que considerou muito bom (jornal que ia às aldeias fazer transmissões), de modo geral as críticas foram contundentes:

E o Pepetela diz muito bem isso né: “O dia que vocês deixarem a África pensar, ela vai escolher seus próprios caminhos”. (...) Eu realmente me deparei com situações muito delicadas de ensino à distância, e aí me pediram para eu dar aula porque não tinha professor, eu tive que pegar manuais cubanos de pedagogia e dar aulas de pedagogia, foi a pior coisa que eu fiz...

As narrativas também evidenciam possíveis ressentimentos da população com relação aos gastos que tais projetos envolviam e também pelo fato de que os estrangeiros tinham regalias que para eles eram inexistentes. Fato importante, que merece ser ressaltado é que a entrevistada avalia suas experiências na África como extremamente positivas.

Algumas observações

Esses são apenas alguns exemplos, mas que evidenciam o que o conjunto de entrevistas realizadas e as narrativas dos entrevistados apontaram:

- 1) como em suas vivências entrecruzaram as situações do contexto português, do país africano e do brasileiro, para os que imigraram, tanto políticas, como sociais, econômicas, educacionais e culturais. Cada entrevistado carregou em sua trajetória e em suas memórias as marcas das diferentes vivências;
- 2) as memórias dos entrevistados remetem a situações traumáticas e a processos migratórios impostos por situações políticas (ditadura, guerras etc.) e não por projetos familiares de futuro;
- 3) a presença da educação familiar portuguesa através das gerações, tanto na África como no Brasil;
- 4) as semelhanças e diferenças entre os sistemas educacionais, tal como foram percebidos pelos entrevistados;
- 5) as marcas do mesmo país colonizador - Portugal, sobre sistemas educacionais que se tornaram independentes no período, Moçambique e Angola e suas populações;
- 6) as vivências diferenciadas dos processos de escolarização entre brancos portugueses e luso-africanos e negros africanos;



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Finalmente, permitem formular a hipótese de que as vivências educacionais que marcaram os sujeitos e a história do país são re-significadas pelos jovens que hoje estudam, em Angola ou em outros países, em tempos de paz.

Referências Bibliográficas

BALANDIER, George. La situation coloniale: approche théorique. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. 11, p. 44-79, 1951.

DELCROIX, C. Des recits de vie croisés aux histories des familles. **Current Sociology**, v. 43, n. 2-3, p. 61-67, Aut. 1995.

DEMARTINI, Zeila B. F. Migrações e relatos orais: as potencialidades das entrevistas com gerações sucessivas. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina S. S. (Orgs.) **Olhares lusos e brasileiros**. São Paulo: Usina do Livro, 2003. p. 157-178.

DEMARTINI, Zeila B. F. Relatos orais, documentos escritos e imagens: fontes complementares na pesquisa sobre imigração. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina S. S. (Orgs.), **História, memória e imagens nas migrações**. Abordagens metodológicas. Oeiras: Celata, 2005. p. 99-133.

DEMARTINI, Zeila B. F. Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração. In: DEMARTINI, Zeila B. F.; TRUZZI, Oswaldo M. S. (Orgs.) **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005b. p. 87-113.

DEMARTINI, Zeila B. F.; CUNHA, Daniel de O.; DOPPENSCHMITT, Elen C. de S. Desafios da pesquisa com fluxos migratórios recentes: portugueses e luso-africanos em São Paulo. **Cadernos CERU**, São Paulo, Série 2, n. 16, p. 41-54, 2005.

LANG, Alice B. S. G.; CAMPOS, Maria Christina S. S.; DEMARTINI, Zeila B. F. (Orgs.) **História Oral, Sociologia e Pesquisa: a abordagem do CERU**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2010.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.